

# Por um conceito de tradução no mundo luso-brasileiro sob as Luzes (ca. 1750-1820)

*For a concept of translation in the Luso-Brazilian world under the Enlightenment (ca. 1750-1820)<sup>1</sup>*

**Gabriel de Abreu Machado Gaspar**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil  
machado.ga18@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4971-7099>  
<http://lattes.cnpq.br/4529399119208499>

<sup>1</sup> A pesquisa que originou o presente artigo foi financiada pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e pelo Programa de Bolsas de Mestrado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

**Resumo:** O artigo examina o conceito de tradução no mundo luso-brasileiro entre 1750 e 1820, período de intensa circulação de ideias ilustradas impulsionada pelas reformas no reino português. Esse contexto inclui a transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808 e a Revolução do Porto de 1820, eventos que transformaram a circulação de impressos e o papel da tradução na difusão do saber. Inspirado na História dos Conceitos, o estudo analisa como os letrados debateram os sentidos de “tradução”, ora ligados à fidelidade literal, ora à liberdade interpretativa. A máxima de Horácio marcou a divisão entre defensores da literalidade e da imitação e aqueles que propunham maior liberdade. Prefácios e dicionários revelam que a tradução articulava valores do Antigo Regime e aspirações modernas de utilidade pública e progresso.

**Palavras-chave:** tradução; história dos conceitos; Ilustração.

**Abstract:** The article examines the concept of translation in the Luso-Brazilian world between 1750 and 1820, a period marked by reforms in the Portuguese kingdom. This context includes the transfer of the Portuguese court to Rio de Janeiro in 1808 and the 1820 Revolution of Porto, events that reshaped the circulation of printed materials and the role of translation in the spread of knowledge. Inspired by Conceptual History, the study analyzes how learned elites debated the meanings of “translation,” sometimes linked to literal fidelity and sometimes to interpretive freedom. Horace’s maxim marked the divide between advocates of literalism or imitation and those defending greater liberty. Prefaces and dictionaries show that translation combined Old Regime values with modern aspirations of public utility and progress.

**Keywords:** translation; conceptual history; Enlightenment.

*Nec verbum verbo curabis reddere fidus interpres*<sup>2</sup>

Horácio, *Ars Poetica*.

A tradução desempenhou um papel central nos mais importantes movimentos de troca cultural da história, sendo fundamental em processos desencadeados por transformações no campo das ideias e da consciência, como o Renascimento, a Reforma e, especialmente, a Ilustração (BURKE, 2009). No século XVIII, os letrados debatiam os mais diversos temas sem recorrer a uma “língua universal” que medisse essas trocas. Como demonstraram Lucien Febvre e Henri Martin (2017), o latim já havia perdido sua preeminência tanto na prosa quanto na poesia.

Nesse cenário, as línguas vernáculas ascenderam como meios privilegiados para a circulação de textos e ideias entre os novos públicos em formação. A diversidade linguística nas diferentes regiões do mundo tornou a tradução uma necessidade incontornável (RICOEUR, 2012). Ao longo do Século das Luzes, obras filosóficas de Voltaire e Rousseau, textos literários de Pope e Richardson, bem como clássicos antigos e medievais como Homero, Cícero e Shakespeare, disseminaram-se amplamente por meio da tradução.

Segundo Fania Oz-Salzberger (2006), o número de traduções cresceu expressivamente em vários estados europeus, atingindo seu auge nas três últimas décadas do século XVIII. Paris, Londres e Leipzig consolidaram-se como grandes centros de tradução, enquanto outras cidades como Nápoles, Dublin, Edimburgo, Copenhague, Estocolmo, Berlim e São Petersburgo também se destacaram nesse processo. Embora Portugal e seus domínios não tenham sido incluídos no escopo da autora, os dados confirmam uma dinâmica semelhante. Como aponta Antonio Gonçalves Rodrigues, somente na primeira metade do século XVIII foram publicadas 442 traduções em Portugal, contra 266 no século anterior. Entre 1750 e 1800, esse número chegou a 1.337 traduções, abrangendo temas e autores variados (RODRIGUES, 1991).

A intensa atividade tradutória do período deu origem a amplos debates sobre os métodos e critérios adequados de tradução. É nesse contexto que este artigo se propõe a investigar o

---

<sup>2</sup> “E não cuidareis em traduzir palavra por palavra, fiel intérprete”. Traduzido por Milton & Villa (2012: 7).

conceito de tradução no mundo luso-brasileiro, entre 1750 e 1820, a partir de suas concepções e usos entre os letrados. Com inspiração na História dos Conceitos preconizada por Reinhart Koselleck (2006: 100), parte-se do pressuposto aqui que “os conceitos são tanto indicadores como fatores na vida política e social”. Nesse sentido, é preciso refletir como os “seus usos foram subsequentemente mantidos, alterados ou transformados” (KOSELLECK, 2006: 101). Para tanto, serão analisados prefácios e discursos tradutórios, correspondências, artigos e polêmicas da imprensa periódica, bem como definições presentes em vocabulários e dicionários da época. Estes prefácios, posfácios, cartas ao leitor e comentários constituem os *paratextos editoriais*. Segundo Gerard Genette, o paratexto é dotado de razoável força ilocutória, que permite que dê “a conhecer uma *intenção* ou *interpretação* autoral e/ou editorial” (GENETTE, 2009: 17, grifos no original). Além disso, este gênero acaba por constituir “uma zona não apenas de transição, mas também de *transação*: lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público, a serviço, bem ou mal compreendido e acabado de uma melhor acolhida do texto de uma leitura mais pertinente” (GENETTE, 2009: 10, grifos no original).

## Debates modernos sobre a tradução

Na Inglaterra, apenas no século XVI, emerge a discussão sobre o dever do tradutor. Antes disso, argumenta Milton, era prática corrente traduzir e adaptar obras de outros autores sem a devida referência. Foi apenas com a prosperidade da classe média inglesa e a ampliação do público leitor que se estabeleceu um mercado editorial maior para as traduções. Os escritos dos poetas ingleses da *Augustan Age*, como John Dryden (1631-1700) e Alexander Pope (1688-1744), de princípios do século XVIII representaram, segundo John Milton, “a primeira tentativa de uma teorização do ato de traduzir” (MILTON, 2010: 41).

Dryden, por exemplo, foi responsável pela divisão da tradução em três tipos que ainda constituem “um dos alicerces da teorização sobre a tradução” (MILTON & VILLA, 2012: 7). No Prefácio à sua tradução das *Epístolas de Ovídio* (1680), distingue os três modos de traduzir: primeiramente, a *metáfrase*, “ou a tradução de um autor palavra por palavra, e linha por linha, de uma língua para outra”. Em segundo, a *paráfrase* “ou tradução com latitude, na qual o autor é mantido à vista pelo tradutor, para não se perder, porém suas palavras não são seguidas tão estritamente quanto ao sentido, que também pode ser ampliado, mas não alterado”. Por fim, a

imitação, “em que o tradutor [...] assume a liberdade não somente de variar as palavras e o sentido, mas de abandoná-los quando achar oportuno, retirando somente ideias gerais do original para atuar de maneira livre, a seu bel-prazer” (DRYDEN, 1680 *apud* MILTON & VILLA, 2012: 43). Para Dryden, a melhor tradução seria aquela orientada pela paráfrase que evita tanto a tradução literal quanto a liberdade excessiva do tradutor.

Alexander Pope, no prefácio à sua tradução da *Ilíada* (1715) de Homero, defendia que o mais importante em uma tradução é a “chama do poema”, o tom e estilo corretos do autor. Segundo ele, “o primeiro grande dever do tradutor é traduzir seu autor de maneira integral e sem mutilações e, quanto ao mais, somente a expressão e a versificação são sua tarefa, pois lhe pertencem; mas as outras, ele tem de aceitá-las na forma em que se encontram” (POPE, 1680 *apud* MILTON & VILLA, 2012: 115). Pope recomendava que a tradução deve ser a mais exata possível uma vez que não reconhece “nenhuma liberdade que alguém deva tomar senão aquelas necessárias para se transmitir a ideia do original, e para sustentar o estilo poético da tradução” (POPE, 1680 *apud* MILTON & VILLA, 2012: 116).

Na última década do século XVIII, Alexander Frase Tytler (1747-1813) publicou, anonimamente, a primeira obra inglesa dedicada à arte da tradução, intitulada *Essay on the Principles of Translation* (1790) (MILTON, 2010: 61). O autor apresentava três princípios da tradução: “I. A tradução deve dar uma transcrição completa da obra original; II. O estilo e a maneira de escrever devem ter o mesmo caráter do original; III. A tradução deve parecer como se tivesse sido escrita originalmente naquela língua”. Para Tytler, o tradutor deve “adotar a própria alma do seu autor”.

Segundo John Milton, as reflexões empreendidas por Dryden e Pope, poetas da *Augustan Age*, discutiam questões referentes ao estilo e bom gosto da poesia e a relação entre a obra traduzida e o sentido original do autor. As reflexões produzidas por estes poetas influenciaram diretamente, argumenta Milton, na discussão sobre a tradução ao longo do século XVIII na Inglaterra, como é o caso daquela empreendida por Tytler (MILTON, 2010: 64-66).

Na França, por outro lado, ainda no século XVII, os letrados franceses faziam traduções livres e dinâmicas conhecidas como *Les Belles Infidèles*. Segundo John Milton, com o objetivo de manter a clareza de expressão e a harmonia do verso, os tradutores realizam acréscimos, alterações e omissões em suas versões. Este estilo tornou-se dominante durante o século XVIII e as traduções buscavam proporcionar ao leitor impressão semelhante ao original por meio

destas mudanças. Nas palavras de Boileau (1636-1711), “Não seriam as licenças que ele [o tradutor] tomou uma forma mais alta de fidelidade?” (MILTON, 2010: 79-81). Entretanto, a abordagem de tradução das *Belles Infidèles* não era unívoca. D’Alembert (1717-1783), por exemplo, no prefácio à sua tradução de Tácito (1758), comentou as grandes dificuldades das traduções livres. Outros tradutores, como Charles Batteaux (1713-1780), argumentavam que havia uma necessidade de reestruturação gramatical nas traduções, sem, contudo, alterar significativamente o sentido expresso pelo autor (SALAMA-CARR, 2009: 407-409).

No mundo luso-brasileiro, de modo semelhante ao que se passou na Inglaterra, a ampliação do debate sobre a tradução se deu num momento de profusão das publicações de obras estrangeiras na língua portuguesa. Neste contexto, segundo Claudio DeNipoti e Thaís Nívia de Lima Fonseca, as traduções se relacionavam ao processo de instrução e “ao cultivo de habilidades e conhecimentos bem plantados na preparação mais sólida realizada pela educação moral e voltada para o desenvolvimento da civilidade” (DENIPOTI & FONSECA, 2011: 150). Além disso, DeNipoti aponta para a relação entre as justificativas dadas pelos tradutores em seus prefácios e discursos e o movimento de valorização e aperfeiçoamento da língua portuguesa que teve lugar em Portugal em fins do século XVIII.

O período de crescimento da publicação de obras estrangeiras traduzidas para o português coincide justamente com período de importantes reformas ilustradas no Império português, onde uma série de mudanças e transformações inspiradas pelas Luzes foram postas em marcha a partir da ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, monarca português entre 1750 e 1777 (MAXWELL, 1999b; FALCON, 1993). Para além das reformas nas finanças e na fiscalidade do reino, merecem destaque as reformas no âmbito cultural e educacional, como a expulsão dos padres jesuítas, a instituição das Aulas Régias (ALMEIDA, 2008) e as reformas na Universidade de Coimbra, que recebeu novos estatutos que representaram a renovação dos estudos jurídicos e a adoção do método experimental nas ciências (FERNANDEZ SEBASTIÁN, 1998: 348).

Durante o reinado de D. Maria I e subsequente regência do príncipe D. João, as Luzes continuaram a se difundir, em tons próprios, no seio de uma elite letrada e intelectual em diversos ambientes, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1779 (ARAÚJO, 2003). Outro ímpeto reformista ganhou fôlego com a ascensão de Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) à Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Imbuído de ideias ilustradas e de

suas experiências no estrangeiro, Rodrigo de Sousa Coutinho articulou um amplo programa de “luminosas reformas executadas por homens inteligentes e capazes de formar sistemas bem-organizados, e cuja utilidade seja por todos sentida e experimentada” (MAXWELL, 1999a: 182).

Dentre suas iniciativas, merece destaque, no âmbito da circulação de livros e impressos, a fundação em agosto de 1799 da Casa Literária do Arco do Cego, cuja direção ficou a cargo do Frei José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), um botânico e religioso franciscano nascido na América. Segundo Diogo Ramada Curto (1999: 48), esta iniciativa “afigura exemplar na tradução efectiva no projeto político de Sousa Coutinho, nos seus diversos sentidos”. Ao longo de sua efêmera atividade, entre 1799 e 1801, foram publicadas obras que versavam sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil, o comércio marítimo e técnicas náuticas, a medicina, a história natural e as ciências naturais (FARIA, 1999; WEGNER, 2004).

A tipografia esteve envolvida na publicação de, pelo menos, 83 títulos, dos quais 45 eram traduções para o português. Nas palavras de Alessandra Harden (2019), “essa proporção explícita, sem deixar espaço para dúvida, a posição privilegiada que a atividade de tradução tinha no projeto editorial representado pelo estabelecimento da casa”. Este estabelecimento representou, segundo Lia Wyler (2003: 74-76), um ponto de inflexão na história da tradução portuguesa pois foi a primeira agência de tradução financiada pela Coroa. Sob a direção de Veloso recorreu-se, conforme salientou Miguel Faria (1999: 117), “a uma maciça tarefa de traduções contabilizando-se mais traduções do que originais na globalidade do esforço editorial da Casa Literária do Arco do Cego. As obras em francês, seguidas das inglesas, seriam as mais utilizadas pelos tradutores do estabelecimento”. Nas traduções científicas, os prefácios e dedicatórias que as acompanhavam possuíam importância fundamental, uma vez que eram dotados de uma estratégia retórica que permitia a introdução de aspectos das Luzes na sociedade portuguesa de Antigo Regime (HARDEN, 2011: 317).

### ***Ad sensum: a tradução pelo sentido***

No Setecentos português, as reflexões sobre o ato de traduzir presentes nos prefácios e discursos de tradutores abordavam constantemente se as boas traduções eram as que se fiavam no sentido e pensamento do autor ou aquelas que traduziam palavra por palavra. No verbete

“tradução” do *Vocabulário Português e Latino* (1721), o padre Raphael Bluteau (1638-1734) afirmava que “as boas traduções não se fazem palavra por palavra, mas por equivalências”. Para o termo “tradutor”, o padre também tratava da questão da fidelidade ao original: “O Italiano chama ao Tradutor, Traidor, *Traduttore*, *Traditore*, mas o Tradutor fiel, não é traidor; a muitas nações dá em cada palavra provas autênticas da sua fidelidade” (BLUTEAU, 1721: 234, grifos no original).

Em 1746, ao tratar das traduções latinas e de sua função na educação da mocidade portuguesa, o padre Luís Antônio Verney (1713-1792), na Carta Terceira do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), advogava por uma tradução *ad sensum*, que transladasse ao português o sentido expresso pelo autor em sua língua original, e criticava o esforço tradutório que se mantivesse preso ao sentido literal das palavras: “é muito mau emprego, obrigar o estudante a traduzir Bulas, ou Constituições: e principalmente a traduzi-las palavra por palavra, como fazem estes mestres”. E completa que “Antes é muito malfeito, obrigá-los a traduzir assim: porque o tal Latim não se deve traduzir *ad verbum*, mas *ad sensum*” (VERNEY, 1746, grifos no original *apud* SILVA, 2015).

Um dos mais célebres tradutores do período, o oratoriano Francisco José Freire (1719-1773), sob o pseudônimo de Cândido Lusitano, publicou em 1758 uma tradução portuguesa da *Arte Poética* de Horácio. No Discurso Preliminar do Tradutor, o padre discutiu as obrigações de um tradutor: “Uns querem que seja um fiel copiadador, não só das expressões, mas até das mesmas palavras daquele, a quem traduz; outros dão mais liberdade, dizendo que deve vestir com as galas da sua língua aquelas expressões, elegâncias e formas particulares de dizer que na língua do texto aparecem com adorno” (LUSITANO, 1778: s.p.).

Após recorrer a Horácio e Cícero para solucionar a questão, Lusitano reconheceu que “a Tradução para ser boa, é preciso que conserve com a fidelidade possível todo o caráter e índole do texto”. E complementa que “nós por *fidelidade* não entendemos o traduzir literalmente, mas sim o exprimir (quando for possível) sentença por sentença e figura por figura, não acrescentando coisa que não se lê no original, e não menos tirando, ou mudando coisas que nele estejam” (LUSITANO, 1778: s.p.).

Na “Dissertação do Traductor” à versão portuguesa da tragédia *Athalie* (1762) de Jean Racine (1639-1699), Cândido Lusitano retoma a questão da tradução e critica os “puritanos da língua”, que defendiam a tradução literal. Não por acaso, o tradutor advogava por uma versão em



versos brancos, ou seja, que apresentassem metrificação, mas não rimas. Lusitano, então, questiona: “E que homem de bons estudos em Poesia Dramática não sabe, que a rima (maldita lhe chama o Tradutor Salvini) a cada passo está fazendo violência à expressão da ideia do Poeta, que é imprópria no diálogo, e que tira toda a força ao que é verdadeira harmonia?” (LUSITANO, 1762 *apud* SILVA, 2015: 52-53).

Custódio José de Oliveira na Prefação ao *Tratado do Sublime* (1771) de Longino (213-273) faz uma crítica à ideia das traduções como imitações servis, “nas quais o Tradutor não pode deixar a imaginação livre para de si mesma produzir alguma coisa”. Ao contrário, em alguns casos era preciso, segundo Oliveira, limar algumas frases “para assim conservar com a maior possibilidade na nossa língua a força, a energia, a majestade e a harmonia que mais se pudesse assemelhar à do Autor original”. Por isso, o tradutor confessava: “encontrei, todavia, em alguns lugares bastante dificuldade, sendo algumas vezes preciso, para dar a conhecer a figura de que fala, faltar quase à fidelidade dos vocábulos” (OLIVEIRA, 1771 *apud* SABIO PINILLA & FÉRNANDEZ SÁNCHEZ, 1998: 102-103).

Na Prefação ao *Novo Testamento de Jesus Cristo* (1778), o padre Antonio Pereira de Figueiredo (1725–1797), também se inspirando em Horácio, fez uma crítica às traduções literais, qualificadas como servis<sup>3</sup>: “Todos os críticos profanos e sagrados concordam que o bom Tradutor não se deve ligar servilmente às palavras do original; mas atender mais ao sentido do que às palavras. Esta é a regra que nos deixou Horácio, quando disse na sua Poética: *Nec verbum verbo curabis reddere fidus Interpres*” (FIGUEIREDO, 1778: XXII).

O padre fez, também, referência à famosa carta *Ad Pammachium de optimo genere interpretandi* escrita em 395 por São Jerônimo (347 d. C.–420 d. C.). Nesta epístola, uma resposta às críticas à sua tradução de uma epístola papal da época, São Jerônimo defendia a tradução do sentido e das ideias exceto no caso dos textos sagrados e confessa que, desde a juventude, traduzia desta forma (FURLAN, 2005a: 14). Inspirado neste escrito, Pereira de Figueiredo advogava que “pode e deve muitas vezes o Tradutor sagrado em lugar da frase que vem no original, substituir outra, que seja própria da língua em que verte: sob pena de que se assim não o fizer, ficará a Versão talvez escura, talvez indecente” (FIGUEIREDO, 1778: XXIV).

<sup>3</sup> Sobre a trajetória do Padre Antônio Pereira de Figueiredo, ver: SOUZA, 2019.



Os tradutores também criticavam aqueles que, presos às palavras, acabavam por misturar expressões e frases da língua original com o português. Exemplo disso é a crítica feita por Miguel do Couto Guerreiro (1720–1793) em sua versão das *Heroides* (1789) de Ovídio:

Fugi, quanto me foi possível, do vício de alguns Tradutores, que querendo por exemplo dar traduzido um Autor Latino, ou Francez, se aferram de modo às palavras, e frases do Autor, que misturando-as, e confundindo com as nossas, inventam, sem saberem o que fazem, um idioma Latino-Lusitano, ou Gálico-Lusitano, que faz quase tão dificultosa de entender a Tradução como o original (GUERREIRO, 1789: iii).

Ao se debruçar sobre uma tradução, segundo Guerreiro, o leitor não buscava as palavras e expressões que estão presentes na edição original. Para ele, “o que se espera na Tradução é o conceito, que elas, palavras e frases, significam, expresso com energia e elegância” (GUERREIRO, 1789: xii). Manoel Maria de Barbosa Du Bocage (1765–1805), célebre representante do arcadismo português, ao traduzir o drama *Eufemia ou o Triunfo da Religião* (1793) do dramaturgo francês François d’Arnaud (1718–1805), afirmava que procurou evitar os “Galicismos, de que abunda grande parte das nossas traduções, e que nos enxovalham o fértil e majestoso idioma, só indigente e inculto na opinião das pessoas que o estudaram mal” (BOCAGE, 1793: s.p.).

Ao traduzir as *Orações* (1779) de Cícero (106 a.C. –43 a. C.), o oratoriano Antonio Joaquim atacava um dos argumentos que poderiam vir a ser utilizados pelos que defendiam o uso de vocábulos estrangeiros: a pobreza de vocábulos da Língua Portuguesa. Segundo ele, o Padre Antonio Vieira quando precisou traduzir um excerto do livro de Reis, encontrou três sinônimos para o verbo latino “infatuar”. Para Joaquim, “este caso não faz exemplo para os que com pouca lição, com pouco conhecimento dos nossos Escritores e com pouco uso de escrever se arrojam a adoptar quantos vocábulos querem, havendo muitos e melhores na língua materna com que as coisas se podem explicar. Donde se deve coligir que a pobreza não está na língua, mas em quem tem pouco conhecimento dela” (JOAQUIM, 1779 *apud* SABIO PINILLA & FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 1998: 112-113).

Outros tradutores, porém, defendiam a permanência de termos do Latim e do Grego. É o caso do oratoriano Vicente Amado que, sob o pseudônimo de Vicente Lisbonense, escreveu a

“Prefação do Traductor” às *Instituições Oratórias* (1777) de Quintiliano (35 d.C. –100 d.C.). Sua tradução seria utilizada, segundo ele, para o aprendizado da Retórica e do Latim. Por isso, escreveu, “nos vemos obrigados a usar de palavras propriamente latinas, por não termos outras de que em Português lhe correspondam bem. Isso mesmo acontecia aos Latinos, se vertiam do Grego” (LISBONENSE, 1777 *apud* SABIO PINILLA & FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 1998: 109).

Não foram apenas nos prefácios e discursos de tradutores que as traduções literais foram duramente criticadas. Em meio ao surgimento de inúmeros periódicos no mundo luso-brasileiro entre os dois lados do Atlântico, a polêmica ganhou as páginas dos jornais. No *Correio Braziliense* de agosto de 1810, Hipólito da Costa (1774–1823) publicou a versão portuguesa do *Tratado de Comércio e Navegação* assinado entre Portugal e Inglaterra no mesmo ano. Em seu exame do tratado, o redator iniciava suas críticas pelo fato de que “até na tradução portuguesa, vem primeiro o nome de S. M. Britânica”, o que, segundo ele, seria natural na edição inglesa, mas “se no original, que fica nas mãos do Governo português, vem primeiro o nome do Príncipe Regente, como supomos, é para sentir que essa cópia não fosse publicada pelo Ministro português ao mesmo tempo” (*CORREIO BRAZILIENSE*, vol. 5, 1810: 189–190). Neste caso, o ato de traduzir implicava em consequências políticas e econômicas.

Em seguida, Hipólito da Costa apontava para os equívocos na tradução de alguns artigos que compunham o referido Tratado. No artigo inicial, que discorria sobre a “descontinuação de certas proibições e direitos proibitivos”, o redator comenta que “estas palavras parecem no português sinônimos, porque as proibições legais constituem o direito proibitivo, e posto que esta tradução seja literal, com tudo não exprime com a necessária clareza o sentido inglês, onde se acham dois termos de significação muito diferente” (*CORREIO BRAZILIENSE*, vol. 5, 1810: 190). Neste trecho, ele fazia referência à distinção entre *prohibitions* (proibições diretas) e *prohibitory duties* (proibições e imposições indiretas), que acabava por desaparecer na tradução literal do Tratado.

Dois anos depois, em outubro de 1812, na seção “Literatura e Sciencias”, Hipólito voltou a se deparar com a questão da tradução e expressa sua defesa pela tradução que prima pelo sentido do autor<sup>4</sup>. Ao comentar a recente publicação da versão portuguesa da novela francesa

<sup>4</sup> Cabe salientar que outras razões moveram a defesa de Hipólito da Costa da novela *Atala*. O redator do *Correio Braziliense* possuía conexões íntimas com o tradutor da obra proibida pelo Santo Ofício em 1812, Filipe Ferreira de

*Atala* (1810) de François-René de Chateaubriand (1768–1848), o redator do *Correio Braziliense* elogiava o tradutor anônimo pelo “bom discernimento do objeto” e por “sua instrução nas belas expressões com que interpreta sempre o genuíno sentido do autor” (*CORREIO BRAZILIENSE*, vol. 9, 1812: 590). Além disso, Hipólito louvava a fidelidade da tradução e defendia que, em muitos casos, a liberdade do tradutor é necessária: “Bem longe de censurarmos esta liberdade do Tradutor, a julgamos necessária em muitos casos, para adaptar à natureza da linguagem e aos costumes da nação, as ideias originais; e preencher o desígnio do A. [autor]. Principalmente em obras desta natureza, em que a forma das expressões, não é da essência ao sentido, nem necessária ao sistema” (*CORREIO BRAZILIENSE*, n.º. 9, 1812: 594).

Em março de 1813, *O Patriota*, periódico impresso no Rio de Janeiro, trouxe em suas páginas um “Discurso sobre a Tradução” de autoria desconhecida (SILVA, 1978). Nele, o autor afirmava que, por vezes, as frases de uma língua não podem ser traduzidas diretamente para outra em razão da diversidade dos idiomas. Era necessário, então, “substituí-las por outras equivalentes, por exemplo uma metáfora por outra”. Afinal, “os gênios das línguas, diferentes como os semblantes das nações, não sofrem sempre uma simples substituição de palavras”. Além disso, ao tradutor, cabia conhecer propriamente o assunto que estava traduzindo, uma vez que “cada arte, cada ciência, e em geral cada objeto, tem seus termos próprios”. Em suma, era necessário ainda, “perceber o sentido do A. [autor], conhecer a energia da linguagem que ele emprega, e transladar o seu pensamento; sem detrimento da expressão, quanto o permitir a analogia das duas línguas” (*O PATRIOTA...*, n.º. 3, março, 1813: 69–72).

Também do início do século XIX, Frei Fortunato de São Boa Ventura (1777–1844) em seu “Prologo” à versão *Quadro da Infame Conducta de Napoleão Bonaparte* (1808) de Peltier, afirmava que havia se empenhado mais “em trasladar para a nossa linguagem a força, e a verdade dos pensamentos, do que em seguir passo a passo a ordem gramatical do Autor”. Além disso, o tradutor comentava sobre o contexto de sua publicação e explicitamente sobre a intenção política de sua obra. “O fim, que eu tive nesta empresa é bem conhecido e se eu por este modo excitar os ânimos, se os inflamar cada vez mais para que acelerem a nossa total Restauração, direi francamente, que obtive a recompensa, e o louvor que mais desejava”, admitia

---

Araújo e Castro. Segundo Isabel Lustosa, foi disfarçado como criado de Araújo e Castro que Hipólito conseguiu deixar Lisboa após a fuga da prisão. Para mais informações, ver: Lustosa (2019, p. 57 e nota 30).

o tradutor, afinal, em sua perspectiva, mais valia “ter créditos de bom Português, que os de bom Tradutor” (BOAVENTURA, 1808 *apud* SILVA, 2015: 71–72).

A cristalização da ideia de que o ato de traduzir, mais do que expressar a literalidade das expressões, envolvia o sentido e o entendimento das palavras pode ser encontrada na segunda edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) de Antonio de Moraes Silva (1755–1824). No verbete “tradução” lê-se “versão de uma linguagem em outra, transladação” e em “traduzir”, encontra-se “verter as palavras de uma língua exprimindo em outra o seu sentido” (SILVA, 1813: 793).

### *Ad verbum: a tradução pela palavra*

Apesar das críticas, havia também tradutores que advogavam em favor de uma concepção de tradução literal, que buscava trasladar os termos e expressões do original. O poeta português Pedro Antonio Correia Garção (1724–1772), em dissertação apresentada à academia Arcádia Lusitana em 1757, tratava da necessidade de imitação dos antigos, gregos e latinos, para a formação de um bom poeta. Para aprender o modo correto de se imitar, Garção recomendava os ensinamentos de Horácio, a fim de que se tornem poetas e não tradutores, escravos das palavras (GARÇÃO, 1757 *apud* SILVA, 2015). Nesse sentido, o poeta defendia que a famosa frase de Horácio, epígrafe deste trabalho, não tratava de tradução e sim da imitação. Em sua opinião, Horácio buscava “advertir aos Poetas dos vícios de que deviam fugir, quando quisessem imitar, recomendando-lhes, que não traduzissem palavra por palavra, como um fiel intérprete”. Além disso, Correia Garção confessava desconhecer as razões que levaram os tradutores portugueses a acreditar que o autor antigo “nestas palavras dá regras para as traduções”, uma vez que “a ninguém deixará de parecer óbvio e natural o sentido do texto, tão livre de anfibologia” (GARÇÃO, 1757 *apud* SILVA, 2015).

No “Prólogo” da versão portuguesa das *Odes* (1783) de Horácio, o professor régio de Língua Latina, José Antonio da Mata, criticava os tradutores que interpretavam “pomposamente”, acrescentavam versos que não se encontravam nos escritos originais do autor e alteravam a ordem e organização dos versos e partes do texto. Traduções assim, argumentava o professor, não poderiam ser consideradas fiéis. Por isso, “uma verdadeira tradução é aquela que, palavra por palavra, vai expondo a sentença do seu Autor, escrupulosa e religiosamente, como o nosso

Horácio recomenda na Poética, quando disso mesmo despersuade aos que são meros imitadores” (MATA, 1783 *apud* SABIO PINILLA & FERNÁNDEZ SANCHEZ, 1998: 133).

Antonio Lourenço Caminha (?–1831), professor de Retórica e Poética, no prólogo à sua tradução do *Lélio ou Diálogo sobre a Amizade de Cícero* (1785), advogava por uma certa liberdade do tradutor, inspirando-se em João Franco Barreto (1600–1674), escritor português e tradutor da *Eneida* de Virgílio (1664): “De mim confesso [diz João Franco Barreto] que muitas vezes por querer representar a mente de Virgílio, entendi perder o juízo; porque não há dúvida, que o que soa bem em uma língua, em outra talvez não caia tão bem; que cada qual tem sua frase particular e modo de fazer diferente das outras” (CAMINHA, 1785: s.p.).

Contudo, algumas linhas depois, Caminha asseverava que se esforçou para que sua versão fosse “literal e não uma nova composição ou paráfrase” uma vez que “ser tradutor não é ser compositor” (CAMINHA, 1785: s.p.). Para ele, uma tradução “é um fiel espelho, que só copia o objeto tal qual ele é em si próprio. Ou como finalmente uma pintura, que se copia de outro quadro”.

Na “Prefação” às *Instituições Retóricas* (1794) de Quintiliano, João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, professor régio de Retórica e Poética em Évora, afirmava ter buscado exprimir o pensamento do autor e conservar “a força, a frase, a graça e todas as delicadezas do texto”. Algumas frases depois, ressaltava que sua tradução não era “parafrástica”; ao contrário, era “toda literal, por assim conservar melhor o Estilo Romano e serve mais utilmente à Mocidade para se acostumar a conhecer o espírito de Quintiliano e pensar como ele” (VASCONCELOS, 1782 *apud* SABIO PINILLA & FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 1998: 129–130).

Os tradutores, imersos na tradição retórica da época e com o objetivo de justificarem uma nova versão, utilizavam os prefácios e discursos para criticarem as traduções anteriores da obra. É o caso de Jerônimo Soares Barbosa, professor de Retórica e Poética da Universidade de Coimbra e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, na Prefação às *Instituições Oratórias* (1788) de Quintiliano. Ao comentar a versão anterior de Vicente Lisbonense (1777), Barbosa deixava entrever uma distinção entre a “tradução literal” e “tradução servil”: “Contudo este meu entusiasmo não me cega sobre alguns defeitos desta obra. Assim como a louvo por ser literal, clara e quase sempre fiel: assim quereria que às vezes não passasse a ser servil, torcendo a frase portuguesa e fazendo-a menos corrente, para seguir passo a passo o seu original” (BARBOSA, 1836: VIII).

Quanto à sua própria tradução, Barbosa afirma que buscou traduzir fielmente a doutrina de Quintiliano, não apenas em seu sentido, mas considerando suas palavras, “umas vezes pesando-as e outras ainda contando-as” (BARBOSA, 1836: XV). Além disso, reiterou que apenas diante da necessidade de exprimir o sentido do autor é que o tradutor pode ignorar as figuras e palavras do original. Em consonância com a perspectiva de Correia Garção, o professor de Coimbra afirmava que os famosos versos de Horácio, “*Nec verbum verbo curabis reddere fidus interpres*”, é destinado aos imitadores e não deve ser aplicada vulgarmente aos tradutores (BARBOSA, 1836: XV–XVI).

Fernando José de Portugal, Conde e Marquês de Aguiar, no Prefácio de sua tradução do *Ensaio sobre a Crítica* (1810) de Alexander Pope, comentou as edições da obra na França e nos Países Baixos e discutiu aspectos referentes ao próprio ofício de tradução: “Muito se tem questionado sobre as traduções livres e literais, e qual o melhor método de traduzir um poeta: se em verso, se em prosa” (CASTRO, 1810: VIII). Ele, então, apresentou as opiniões de letrados e tradutores famosos, como Charles Batteaux (1713–1780), francês e tradutor de Epicuro, Aristóteles e Horácio; Anne Dacier (1647–1720), tradutora de Homero; o abade Desfontaines (1685–1745), autor da versão francesa de Virgílio; Cândido Lusitano (1719–1773), português e tradutor de Horácio; dentre outros. Ao fim, ancorado na opinião do padre Noel-Étienne Sanadon (1676–1733), tradutor francês de Horácio, D. Fernando afirmava que “Em ambas estas espécies de versões há inconvenientes, e das obrigações de um tradutor se podem facilmente conhecer onde se encontram maiores. A essência da tradução consiste principalmente na fidelidade, e na exaçaõ; e neste ponto se podem comparar com a História” (CASTRO, 1810: VIII–IX).

Deste modo, o tradutor português reconhecia que “só me pus fazer uma tradução fiel e bastante literal, deste Ensaio, quanto permite o gênio da Língua” (CASTRO, 1810: X).

Algumas décadas antes, Pedro José da Fonseca, tradutor da *Arte Poética* (1790) de Horácio, buscou oferecer uma tradução útil aos estudantes de Retórica, que fosse “uma tradução (quanto me foi possível) clara, fiel, inerente ao mesmo Texto e em linguagem Portuguesa”. Para justificar sua versão em prosa, Fonseca também recorreu à obra do francês Sanadon: “Porém, as duas razões, diz Sanadon, são mais sedutoras que sólidas. A fidelidade essencial de um Tradutor (continua ele) consiste em se revestir bem do gênio e carácter do seu autor; em representar por inteiro os seus pensamentos, sem omitir palavra alguma necessária ou importante” (FONSECA, 1790 *apud* SABIO PINILLA & FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 1998: 151).

## Considerações finais

“E não cuidareis em traduzir palavra por palavra, fiel intérprete”. Oriunda da *Arte Poética* de Horácio, escrita em 18 a. C., a asserção esteve no centro das discussões sobre a tradução no mundo luso-brasileiro na segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, a exemplo do que se passou em outras regiões europeias (Cf. GILLESPIE, 2010: 948–949). Para os tradutores que buscavam defender uma tradução a partir do sentido e dotada de maior liberdade, a frase latina apontava para os perigos da tradução literal. Por outro lado, outros letrados defendiam, seguindo uma corrente que remontava ao Renascimento italiano, que a sentença horaciana havia sido alvo de interpretações equivocadas e que, na verdade, o poeta romano se referia à imitação, e esta que não devia ser feita palavra por palavra (Cf. FURLAN, 2005b: 21). A tradução, neste caso, devia se manter fiel às palavras e expressões do autor em sua obra original.

A despeito destas discussões, os letrados luso-brasileiros precisaram aguardar até 1818 para uma teorização substancial sobre a tradução. Neste ano, Sebastião José Guedes e Albuquerque publicou sua *Arte de Traduzir de Latim para Portuguez reduzida a Princípios* (1818), considerada por Sabio Pinilla e Fernández Sánchez o “primeiro tratado sobre tradução em Portugal” (SABIO PINILLA & FERNÁNDEZ SANCHÉZ, 1998: 15). A obra, dividida em sete capítulos, abordava questões teóricas e práticas sobre a tradução e apresentava regras e modelos para os jovens estudantes de Latim.

No primeiro capítulo, intitulado “Da Tradução em Geral”, o autor distinguia quatro tipos de tradução: a primeira, *ao pé da letra*, na qual “responde servilmente o tradutor a cada expressão do autor por outra da sua Língua”; a segunda, a *tradução propriamente dita*, isto é, “todo o pensamento do original cabalmente expresso em outra língua”; a terceira, a *paráfrase*, “uma tradução que amplia e desenvolve os pensamentos do original” e, por fim, a *imitação*, que consiste em “fazer seu um pensamento de um autor pelo jeito novo” (ALBUQUERQUE, 1818: 8–10). Não obstante, para o autor, a única que merecia ser praticada é a tradução propriamente dita, uma vez que “só ela reproduz genuinamente os pensamentos de um autor” (ALBUQUERQUE, 1818: 11).



Assim, o termo “tradução” esteve dotado de múltiplos sentidos e significações, que se articulavam à “fidelidade”, “imitação”, “literalidade”, “entendimento” ou ao “pensamento” do autor. Através dos dicionários, prefácios, discursos e periódicos, o mundo luso-brasileiro entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX não assistiu ao surgimento de uma concepção homogênea de tradução. Os prefácios, na esteira da tradição retórica corrente na época, revelam a permanência de elementos de uma linguagem típica do Antigo Regime frente aos avanços da modernidade. Como salientou José Murilo de Carvalho (2000: 130), o peso da retórica para os letrados luso-brasileiros se relacionava diretamente com sobrevivência, a despeito das perseguições de Pombal, da “a tradição escolástica portuguesa, sobretudo a que predominou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra”, instituições nas quais se formaram “muitos membros da elite política e intelectual brasileira da primeira metade do século XIX”.

Além disso, ao longo da Época Moderna, a publicação de livros inseria-se em redes de privilégios características de uma sociedade de Antigo Regime. Segundo Robert Darnton, o privilégio permeava todos os modos de produção cultural em fins do século XVIII, enquanto o talento e qualidade dos escritos de nada valiam sem proteção. Ao cair nas graças de um protetor, um letrado podia receber assento em uma academia, ter sua peça encenada em um teatro da corte ou até mesmo receber algum ofício administrativo (DARNTON, 1987: 31–32). As dedicatórias, por exemplo, valorizavam o letrado e afirmavam o merecimento de graças, mercês ou algum tipo de patrocínio (DELMAS, 2008: 235). Além disso, é preciso ressaltar que, em alguns casos, a remuneração de um tradutor não era distinta de um autor original. Segundo Margarida Paes Leme, na Casa Literária do Arco do Cego (1799–1801), “para os autores e tradutores em geral, o pagamento consistia em 200 exemplares da respectiva obra, ou o seu valor em dinheiro, se revendessem à Casa a ‘mercadoria’ recebida” (LEME, 1999: 82).

Ao mesmo tempo, os letrados luso-brasileiros esperavam, através da publicação de suas traduções, intervir na sociedade e contribuir para o *progresso* e *civilização* do reino. Seja por meio da tradução de obras morais e educativas ou de livros técnicos e científicos, parece razoável supor que dentre seus objetivos estavam a felicidade, o desenvolvimento e a preservação do bem-estar da nação em tempos atribulados, marcados pela Independência das Treze Colônias Inglesas (1776) e pela Revolução Francesa (1789) que sacudiu os pilares do Antigo Regime.

## Fontes

- ALBUQUERQUE, Sebastião José Guedes e (1818). *Arte de Traduzir de Latim para Portuguez, reduzida a princípios oferecida ao illustríssimo senhor D. Francisco de Sales e Lencastre, por Sebastião José Guedes e Albuquerque*. Lisboa: Impressão Regia.
- BARBOSA, Jerônimo Soares (1836). Prefação. *Instituições Oratórias de M. Fabio Quintiliano escolhidas dos seus XII livros, traduzidas em linguagem ... por Jeronymo Soares Barboza, ... Segunda edição correcta e emendada. Tomo Primeiro*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud.
- BLUTEAU, Raphael (1721). *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Vol. 8.
- BOAVENTURA, Frei Fortunato de São (1808). Prologo. *Quadro da infame Conducta de Napoleão Bonaparte, para com os diferentes soberanos a Europa desde a sua intrusão no governo francez, até junho de 1808...* Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- BOCAGE, Manuel Maria de Barbosa Du (1793). Ao Leitor. *Eufemia, ou o Triunfo da Religião: drama de Mr. D'Arnaud, tradutor em versos portuguezes por Manoel Maria de Barbosa Du Bocage*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira.
- CAMINHA, Antonio Lourenço (1785). Prologo. *Lélio ou dialogo sobre a amizade dedicado a Tito Pomponio Attico. Versão Portuguesa, ... seu author Antonio Lourenço Caminha, Professor Régio de Rhetorica, e Poetica*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno.
- CASTRO, Fernando José de Portugal e (1810). Prefação. *Ensaio sobre a crítica. Traduzido em portuguez pelo Conde de Aguiar. Com as Notas de José Warton, do Traductor, e outros; e o Commentario do Dr. Warburton*. Rio de Janeiro: Impressão Régia.
- CORREIO BRAZILIENSE, vol. 5, agosto de 1810.
- CORREIO BRAZILIENSE, vol. 9, outubro de 1812.
- DRYDEN, John (2012[1680]). "Prefácio" às Epístolas de Ovídio (1680). In: MILTON, John & VILLA, Dirceu (Orgs.). *Os Escritos Clássicos Ingleses sobre a Tradução – 1615-1791*. São Paulo: Humanitas.
- FIGUEIREDO, Antonio Pereira de Figueiredo (1778). Prefação. *O Novo Testamento de Jesu Christo, traduzido em portuguez segundo a Vulgata ... por Antonio Pereira de Figueiredo, deputado ordinário da Real Meza Censória. Tomo I. que compreende os evangelhos e S. Mattheus, e S. Marcos*. Lisboa: Régia Officina Tipográfica.
- FONSECA, Pedro José da (1790). Prólogo. *Arte Poetica de Q. Horacio Flacco. Epistola aos Pisões, traduzida em portuguez...* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- GARÇÃO, Pedro António Correia (2015[1757]). *Dissertação Terceira sobre o Principal Proveito para Formar hum Bom Poeta...* apud SILVA, Jorge Miguel Bastos da (Org.). *O Discurso sobre a Tradução na Literatura Portuguesa. Classicismo e Romantismo. Antologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- GUERREIRO, Miguel do Couto (1789). Prefação. *Cartas de Ovídio chamadas Heroïdes, Expurgadas de toda obscenidade, e traduzidas em Rima vulgar... autor, e traductor Miguel do Couto Guerreiro. Tomo I*. Lisboa: Off. Patr. De Francisco Luiz Ameno.
- JOAQUIM, Pe. António (1779). *Orações Principaes de M. T. Cicero Traduzidas na língua vulgar, e adicionadas com notas e analyses pelo P. Antonio Joaquim da Congregação do Oratório de Lisboa, em beneficio da Mocidade Portuguesa. Tomo Primeiro*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

- LISBONENSE, Vicente (1777). Prefação do Tradutor. *Quintiliano Da Instituição do Orador, Traduzido, e ilustrado com a explicação das palavras Gregas, e algumas Notas por Vicente Lisbonense*. Tom. I. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- LUSITANO, Cândido (1778). Discurso Preliminar do Tradutor. *Arte Poetica de Q. Horácio Flacco, Traduzida e illustrada em Portuguez por Candido Lusitano. Segunda edição, correcta, e emendada*. Lisboa: Officina Rollandiana.
- LUSITANO, Cândido (1762). Dissertação do Tradutor. *Athalia, Tragedia de Monsieur Racine, Traduzida, illustrada, e oferecida á Serenissima Senhora D. Marianna, infanta de Portugal, por Candido Lusitano*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno.
- MATA, José Atónio da (1783). Prólogo. *Odes do Poeta Latino Q. Horacio Flacco Traduzidas literalmente a Lingua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno.
- O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil etc. do Rio de Janeiro*, nº. 3, março, 1813.
- OLIVEIRA, Custódio José de (1771). Prefação. *Dionysio Longino Tratado do Sublime Traduzido da Lingua Grega na Portuguesa por Custodio Jose de Oliveira*. Lisboa: Regia Officina Typografia.
- POPE, Alexander. "Prefácio" à *Ilíada* (2012). In: MILTON, John & VILLA, Dirceu (Orgs.). *Os Escritos Clássicos Ingleses sobre a Tradução – 1615-1791*. São Paulo: Humanitas, CAPES.
- SILVA, Antonio Moraes (1813). *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, Volume 2.
- VERNEY, Luís António (1746). *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Valença, Oficina de Antonio Belle.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Anita Correia Lima de (2008). Aulas régias no império colonial português: o global e o local. In: LIMA, Ivana Stolze & CARMO, Laura do (Orgs.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- ARAÚJO, Ana Cristina (2003). *A Cultura das Luzes em Portugal*. Temas e Problemas. Lisboa: Livros Horizonte.
- BURKE, Peter (2009). Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKE, Peter & PO-CHIA HASIA, R. (Orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp.
- CARVALHO, José Murilo de (2000). História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol.1 no.1 jan./dez.
- CURTO, Diogo Ramada (1999). D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. "Sem livros não há instrução"*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional.
- DARNTON, Robert (1987). *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DELMAS, Ana Carolina Galante (2008). *"Do mais fiel e humilde vassalo": uma análise das dedicatórias impressas no Brasil Joanino*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DENIPOTI, Cláudio (2017). Tradutores portugueses e seus motivos - as justificativas de traduções para o Português no fim do século XVIII. In: *Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Lecce: ESE - Editora Scienfica Elettronica.

- DENIPOTI, Cláudio & FONSECA, Thaís Nívia de Lima (2011). Censura e mercê - os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 139–154.
- FALCON, Francisco José Calazans (1993). *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Editora Ática.
- FARIA, Miguel F (1999). Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean (2017[1958]). *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: EdUSP.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (1998). Península Ibérica. In: FERRONE, Vincenzo & ROCHE, Daniel (Eds.). *Diccionario Histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial.
- FURLAN, Mauri (2005a). Brevíssima História da Teoria da Tradução no Ocidente - II. A Idade Média. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. XII.
- FURLAN, Mauri (2005b). Brevíssima História da Teoria da Tradução no Ocidente - III. Final da Idade Média e o Renascimento. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. XIII.
- GENETTE, Gerard (2009). *Paratextos editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial.
- GILLESPIE, Stuart (2010). Translation. In: GRAFTON, Anthony; MOST, Glenn; SETTIS, Salvatore (Eds.). *The Classical Tradition*. Cambridge: Harvard University Press.
- HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira (2011). Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. *Trabalhos em Linguística Aplicada (UNICAMP)*, Campinas, v. 50.
- HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira (2019). Tradução no Arco do Cego: Revelações das Páginas de Rosto. In: PATACA, Emerlinda & LUNA, Fernando José (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp.
- KOSELLECK, Reinhart (2006). Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus & JÚNIOR, João Feres (Orgs.). *História dos Conceitos*. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Edições Loyola, IUPERJ.
- LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes (1999). Um Breve Itinerário Editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional.
- LUSTOSA, Isabel (2019). *O jornalista que inventou o Brasil*. Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823). Campinas: Editora UNICAMP.
- MAXWELL, Kenneth (1999a). A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra.
- MAXWELL, Kenneth (1999b). Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra.
- MILTON, John (2010). *Tradução. Teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes.
- MILTON, John & VILLA, Dirceu (Orgs.) (2012). *Os Escritos Clássicos Ingleses sobre a Tradução – 1615-1791*. São Paulo: Humanitas, CAPES.
- OZ-SALZBERGER, Fania (2006). The Enlightenment in Translation: Regional and European Aspects. *European Review of History—Revue européenne d’Histoire*, Vol. 13, No. 3.

- RICOEUR, Paul (2012). *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- RODRIGUES, Antonio Gonçalves (1991). *A Tradução em Portugal, vol. 1, 1495-1834*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SABIO PINILLA, José Antonio & FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, María Manuela (Orgs.) (1998). *O Discurso sobre a Tradução em Portugal. O proveito, o ensino e a crítica. Antologia (c. 1429-1818)*. Lisboa: Edições Colibri.
- SALAMA-CARR, Myriam (2009). French Tradition. In: BAKER, Mona & SALDANHA, Gabriela (Eds.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London and New York: Routledge.
- SILVA, Jorge Miguel Bastos da (Org.) (2015). *O Discurso sobre a Tradução na Literatura Portuguesa. Classicismo e Romantismo. Antologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1978). *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SOUZA, Evergton Sales (2019). Antônio Pereira de Figueiredo (1715-1797). Trajetória de um católico ilustrado. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann & DILLMANN, Mauro (Orgs.). *O universo letrado da Idade Moderna: escritoras e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos.
- WEGNER, Robert (2004). Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, suplemento 1.
- WYLER, Lia (2003). *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.